

**Petrobras gasta R\$ 30 bi no exterior sem licitação
Quanta se soma aos R\$ 90 bi gastos no Brasil sem disputa de fornecedor
Estatual divulga relação de contratados em seu site, mas regra não vale para os acordos
feitos no exterior**

DIMMI AMORA FERNANDA ODILLA DE BRASÍLIA

Em três anos, a Petrobras repassou a suas subsidiárias no exterior ao menos R\$ 30 bilhões para pagar equipamentos e serviços para os quais não há informação sobre a forma de contratação.

Como a **Folha** mostrou na segunda-feira, a estatal contratou nos últimos três anos valores próximos aos R\$ 90 bilhões sem fazer qualquer disputa entre fornecedores. Com mais esses R\$ 30 bilhões mandados para subsidiárias, o valor dos contratos da Petrobras sem disputa está na casa dos R\$ 120 bilhões.

A Petrobras tem subsidiárias em países como Holanda, Estados Unidos, Cingapura, Venezuela e Argentina.

Essas empresas foram criadas para facilitar os investimentos da companhia fora do país e não produzem qualquer bem ou serviço.

Também não estão submetidas às regras brasileiras de contratação.

Para fazer contratos como frete de navios, compra de peças para plataformas entre outros bens e serviços, a Petrobras assina acordos com suas próprias subsidiárias no exterior. Ao menos 10,5 mil desses acordos foram firmados entre 2011 e 2013.

Em seu site na internet, a Petrobras divulga os contratos que ela firma com empresas, informando o nome da companhia, o motivo da contratação e a forma como ocorreu a disputa (quando ocorre). O mesmo não é feito pelas subsidiárias no exterior. Consultada, a Petrobras informou que não comentaria.

Alguns pagamentos são de valor elevado. A subsidiária da Petrobras na Holanda, por exemplo, é a responsável por contratar plataformas da companhia.

Em outro contrato, também com subsidiária holandesa, a Petrobras aluga a Plataforma P-56 até 2030 pelo valor de US\$ 1,8 bilhão da sua subsidiária holandesa.

A plataforma está sendo construída no Rio de Janeiro por uma empresa de Cingapura. Não houve licitação.

Estatual chegou a estudar fechamento de Pasadena

SAMANTHA LIMA DO RIO

Depois de contabilizar perda bilionária e se ver obrigada a bancar sozinha a operação da refinaria Pasadena, em 2009, em meio à briga com os sócios belgas da Astra, a Petrobras chegou a estudar seu fechamento temporário, por até cinco anos.

A alternativa foi uma das seis avaliadas por um grupo de trabalho criado na Petrobras com o objetivo de discutir opções para "adequar o retorno dos investimentos realizados", como mostra documento interno da Petrobras ao qual a **Folha** teve acesso.

O grupo tinha dez integrantes, de várias áreas da empresa, e foi instituído pelo então diretor internacional Jorge Zelada, em 21 de janeiro de 2009, quase dois meses depois de a Astra ter deixado a refinaria.

Zelada substituiu Nestor Cerveró, dispensado do cargo depois de ter levado para os belgas uma oferta, não autorizada pelo Conselho de Administração da Petrobras, de compra do restante da refinaria por US\$ 788 milhões, no fim de 2007.

As alternativas estudadas foram realizar somente investimentos em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), adequar a unidade para processamento do petróleo brasileiro, dobrar a capacidade, deixá-la "hibernar" ou vendê-la.

A previsão de gastos até 2013, para cada opção, ia de zero, caso a refinaria fosse vendida imediatamente, a US\$ 3 bilhões, caso se optasse pela duplicação que os ex-sócios tanto rejeitavam.

Na análise conjunta de sete variáveis estudadas, o investimento de US\$ 1,5 bilhão para adaptar a refinaria ao óleo brasileiro figurava como melhor opção. Duplicar, fechar e vender imediatamente eram as alternativas com pior impacto no item "imagem da Petrobras".

Parar a refinaria demandaria gastos de US\$ 390 milhões com manutenção e foi classificado, ao fim do estudo, como "sem atratividade econômica". Vender imediatamente também foi descartado, porque, segundo a Petrobras, o negócio contabilizaria "elevado prejuízo imediato".

Ao fim, o grupo recomendou a realização de investimentos de US\$ 275 milhões em "sustentabilidade", que previa a implantação de projetos de SMS e "confiabilidade", mais US\$ 7,4 milhões em adaptações, e busca por parcerias comerciais.

Esta foi apontada como a única opção capaz de, no longo prazo, tornar a refinaria atraente para venda.

A recomendação foi atendida no ano seguinte, quando a Petrobras fechou com a Odebrecht um contrato em SMS para unidades --inclusive Pasadena-- em dez países por US\$ 825,6 milhões.

Logo após assumir a presidência da Petrobras, em 2012, Graça Foster determinou uma auditoria que resultou em um corte desse contrato a quase metade do valor.

Depois disso, o TCU decidiu iniciar uma fiscalização no contrato, que ainda está em andamento.